



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
Gabinete da Presidência

**RESOLUÇÃO Nº 28 /2023**

*Altera a redação do § 1º do art. 1º da Resolução TJPB nº 21, de 16 de junho de 2023, que trata da competência da 4ª Vara Criminal da Comarca da Capital.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 96, inciso I, da Constituição Federal, e do art. 104, incisos II e III, da Constituição do Estado da Paraíba, que conferem aos Tribunais a possibilidade organizar o seu serviço judiciário;

**CONSIDERANDO** o entendimento do Conselho Nacional de Justiça segundo o qual os Tribunais de Justiça possuem competência privativa para a elaboração dos seus regimentos internos, disposição sobre competência e o funcionamento dos seus respectivos órgãos jurisdicionais, cabendo, ainda, a função de organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 163 da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado da Paraíba – LOJE (Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010), segundo o qual a competência do Tribunal de Justiça é definida por Resolução deste órgão;

**CONSIDERANDO** a necessidade de indicação de ressalva geral, para a competência da 4ª Vara Criminal da Comarca da Capital, dos crimes praticados contra criança e adolescente previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA, evitando-se que nova alteração legislativa no referido estatuto, definidora de conduto criminoso, possa ser acrescida à competência da unidade em referência;

**RESOLVE, *ad referendum* do Tribunal Pleno:**

**Art. 1º** Altera a redação do § 1º do art. 1º da Resolução TJPB nº 21, de 16 de junho de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º .....*

*.....*

*§ 1º Ficam ressalvados, da competência da 4ª Vara Criminal da Comarca da Capital, processar e julgar os crimes praticados contra criança e adolescente previstos na Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Justiça da Paraíba, datado e assinado eletronicamente.

**JOÃO BENEDITO DA SILVA**  
Desembargador JOÃO BENEDITO DA SILVA por  
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba JOÃO BENEDITO DA SILVA:4682548  
DA SILVA:4682548 Dados: 2023.09.01 14:19:05 -03'00'